

Reportagem Especial

PÓ PRETO

Justiça analisa recurso na 2ª feira

Após interdição do Porto de Tubarão, Vale recorreu de decisão e pedido será analisado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A interdição do Porto de Tubarão, em Vitória, deve continuar pelo menos até segunda-feira. O recurso feito pela mineradora Vale foi distribuído ontem no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), mas não foi analisado pelo relator.

Segundo informou a assessoria de imprensa do TRF2, por não se tratar de assunto de emergência, o caso não será analisado no plantão do fim de semana.

O magistrado responsável pela análise é o juiz federal Vigdor Teitel, que atua como substituto na 1ª Turma Especializada, que trata de direito penal, previdenciário e propriedade industrial.

O TRF2 informou ainda que, no caso do mandado de segurança, o magistrado pode julgar, em caráter liminar, a suspensão da interdição.

Porém, ele pode também aguardar o fim da análise do mérito do mandado de segurança, proferindo um voto após elaboração de parecer do Ministério Público Federal, e levando o voto para análise da 1ª Turma Especializada, formada por mais dois membros.



TADEU BIANCONI/ AGÊNCIA VALE - 05/12/2014

NAVIO NO PORTO DE TUBARÃO: terminal de embarque de minério de ferro e pelotas (Pier II) e o Terminal de Praia Mole, por onde é feita a importação do mineral, usado na siderurgia, foram interditados por determinação da Justiça Federal. Foi constatada emissão de poeira de carvão no ar e pó de minério no mar de Vitória, pela Polícia Federal

Uma decisão da Justiça Federal no Espírito Santo, na quinta-feira, determinou a interdição do terminal de embarque de minério de ferro e pelotas (Pier II) e o Terminal de Praia Mole (TPM), por onde é feita a importação do mineral, usado na siderurgia.

A retomada da operação depen-

de da Vale, que administra o Porto de Tubarão, apresentar um plano de contingenciamento para evitar a emissão de poeira de carvão no ar e pó de minério no mar de Vitória.

Não houve interdição na ArcelorMittal. No entanto, a empresa não poderá exercer atividade econômica no porto, uma vez que ela

é cliente da Vale, que traz o carvão usado na usina siderúrgica.

Em caso de descumprimento da decisão, há previsão de multa diária de 2/30 avos do faturamento mensal, o que equivale a cerca de R\$ 500 milhões, considerando que a receita bruta da Vale no terceiro trimestre de 2015 foi de R\$ 23,74

bilhões.

A decisão do juiz federal titular da 1ª Vara Federal Criminal do Estado, Marcus Vinicius Figueiredo, ressaltou que a investigação da PF demonstra a prática lesiva ao meio ambiente e que a atividade foi finalizada até que o suposto crime ambiental se encerre.

Ministério Público Federal foi contrário à interdição

O Ministério Público Federal foi contrário à interdição dos terminais portuários em parecer encaminhado antes da decisão da 1ª Vara Federal Criminal do Estado que interditou dois terminais do Porto de Tubarão na última quinta-feira.

Segundo o parecer do procurador da República Fabrício Caser, não haveria justificativa de aplicar as sanções do artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais por não haver mortandade de peixes e comprovação de danos à saúde humana.

Ele também pontuou que o encerramento de atividade econômica só deveria ser adotado em casos de crime financeiro, conforme uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça. No entender do procurador da República, o caso deveria ser tratado na esfera cível e administrativa, não na esfera criminal.

O parecer, no entanto, foi crítica na decisão do juiz federal titular da 1ª Vara Federal Criminal do Estado, Marcus Vinicius Figueiredo. Ele apontou que outro parecer anterior do Ministério Público Federal apontava o aumento do índice de doenças respiratórias e cardiovasculares na Grande Vitória.

A OPERAÇÃO

PASSO A PASSO

Equipe

Em uma lancha da Polícia Federal, sete policiais saíram na manhã de quinta-feira da sede da PF, em São Torquato, Vila Velha, e seguiram para o Porto de Tubarão, em Vitória.

TERMINAL DE PRAIA MOLE

> O PRIMEIRO alvo foi o Terminal de Praia Mole, onde a lancha encostou na escada e os policiais desceram. Lá, informaram ao gestor do terminal sobre a interdição.



> LACRES foram colocados em 4 descarregadores de navio (guindastes) usados para descarregar carvão. A polícia diz que o produto cai no mar e é levado pelo ar.

PÍER II

> DEPOIS, OS POLICIAIS foram para o Pier II, onde chegaram por volta das 11 horas. O trajeto durou cinco minutos, de lancha. No local, lacraram as correias transportadoras, uma espécie de esteira que transporta o minério de ferro até os carregadores de navio, que fazem o embarque do produto nas embarcações. O produto acaba caindo no mar e é levado pelo vento, segundo a polícia.



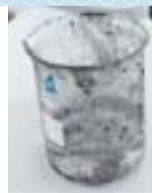
FOTOS: POLÍCIA FEDERAL

700 METROS
é a extensão do Pier II, segundo a polícia, - o que equivale a 7 campos de futebol - e a esteira tem mais de 700 metros.



COLETA

Enquanto parte da equipe estava em terra, o perito circulou de lancha com outros agentes fazendo coletas de materiais da água, tirando fotos e filmando a "chuva de minério lançada ao mar".



PÓ PRETO

Soluções de especialistas contra minério no mar

Beneficiar, armazenar e embarcar o minério de ferro nos navios no Porto de Tubarão com menos impactos ambientais é possível, com redução de até 90% na emissão de partículas no ar e na água. Segundo especialistas da área da engenharia, soluções simples e largamente utilizadas em outros países também poderiam ser aplicadas pela Vale em Vitória.

“O parque industrial da Vale é obsoleto, não pode mais ser usado dessa forma, com o processo se dando todo a céu aberto. Em alguns países, como no Canadá, toda a exploração de minério é feita em circuito fechado e nós precisamos avançar também”, diz a engenheira florestal e conselheira do Conselho Regional do Agrônomo e Arquitetura (CRES-ES) Simone Coutinho.

Ela defende que, para evitar a suspensão de partículas no ar, a empresa deve adotar como solução o Domus, mecanismo que faz

com que, tanto o pátio de estocagem do minério como as correias que transportam o material até os navios fiquem enclausurados.

“Esse mecanismo pode reduzir a poluição em até 90% e é considerado uma solução completa e viável para uma empresa do porte da Vale”, afirma Coutinho.

Para um engenheiro civil também ligado ao Crea-ES e que preferiu não se identificar, as pás mecânicas que fazem o recolhimento do minério para depositá-lo nos navios poderiam ser melhor ajustadas para evitar o vazamento do material — que acaba caindo na água do mar — durante o carregamento dos navios.

“O Domus pode reduzir a poluição em até 90% e é considerado uma solução completa”

Simone Coutinho, eng. florestal

mento dos navios.

Para Luiz Fernando Schettino, engenheiro florestal e professor de poluição ambiental da Ufes, apesar de as empresas alegarem que essas iniciativas exigem altos investimentos em tempos de crise, elas devem oferecer alguma compensação pelo dano ambiental.

“Entendo que as empresas devem investir na melhor tecnologia como forma de compensação. É inaceitável que essa situação se perpetue, mesmo com tantas demandas da sociedade ao longo do tempo”, opina Schettino.

Por meio de nota, a Vale informou que, nos últimos anos, investiu R\$ 800 milhões em controle ambiental. Segundo a empresa, destacam-se as barreiras de vento e a aplicação de produtos que evitam a emissão de poeira das pilhas de minério e pelotas.

A empresa afirma ainda que, entre outras iniciativas, realizou o fechamento onde se transfere produtos de uma correia a outra.



SCHETTINO diz que empresas devem investir em tecnologia



DIVULGAÇÃO

PÓ PRETO: redução da poluição também ocorre por causa da chuva

Melhora da qualidade do ar poderá ser de imediato

Com a interrupção das atividades da Vale no Porto de Tubarão, em Vitória, os especialistas em meio ambiente afirmam que a melhoria na qualidade do ar é imediata. No entanto, por conta das chuvas que caíram esta semana, ainda não é possível mensurar de quanto foi a redução do material particulado em suspensão na atmosfera.

“A chuva já lavou a atmosfera, o que, naturalmente melhora a qualidade do ar. Mas, mesmo que o tempo estivesse seco, uma melhoria na qualidade do ar seria sentida de imediato com a interrupção das atividades da Vale”, diz Luiz Fernando Schettino, engenheiro florestal e professor de poluição ambiental da Ufes.

Ele salienta, no entanto, que a paralisação das atividades no Porto de Tubarão não seria a solução completa para a poluição atmosférica na Grande Vitória, já que existem outras atividades poluidoras na região metropolitana.

“Os veículos e a construção civil continuam operando, o que, de forma inevitável, provocam lança-

mento de poluição no ar”, observa.

Para Simone Coutinho, engenheira florestal e conselheira do CREA-ES, a chuva, além de lavar a atmosfera, contribui para diminuir a suspensão das partículas sólidas de minério no ar.

“A chuva mantém as pilhas de minério existentes no pátio da Vale úmidas, tornando mais difícil que o vento provoque a agitação desse material”, diz ela.

Apesar da melhoria da qualidade do ar, as chuvas ocorridas nos últimos dias preocupam os especialistas, porque todo o excesso de pó de minério que ficou acumulado no ar durante os dias secos foi carregado para o mar de uma única vez, causando impactos ambientais.

“Em contato com o oceano, o minério altera a turbidez da água. Isso atrapalha a entrada de luz no mar, prejudicando o crescimento de plantas e algas, base da vida marinha. O minério também afeta a oxigenação da água, alterando o ciclo de vida marinho”, afirma a engenheira.

Polícia recolhe amostras de areia

A Polícia Federal recolheu ontem amostras de areia na praia de Camburi. Segundo informou o órgão, a areia será analisada para verificar a contaminação e os resultados devem ser entregues em aproximadamente 30 dias.

Os policiais foram ao fim da praia de Camburi, na tarde de ontem, e contaram, inclusive, com a ajuda de moradores para localizar as áreas supostamente afetadas por minério de ferro e carvão mineral, que é usado na produção siderúrgica.

Na quinta-feira, a Polícia Federal coletou água do mar para análises de contaminação. Na ocasião, eles informaram que o minério fica na superfície da água e é carregado com o vento para a maré. Análises serão feitas para verificar até onde o material chega no litoral.

Por causa da chuva, a coleta na praia da Curva da Jurema — local marcado pela Polícia Federal (PF)

com a imprensa para acompanhar os trabalhos — foi cancelada e deve ser realizada na próxima semana.

Os responsáveis pela operação das áreas portuárias começam a ser notificados a partir da próxima semana. A previsão, segundo o delegado Decio Ferreira Neto, responsável pela investigação, é de que eles sejam ouvidos no início do mês que vem.

Devem ser convocados os diretores responsáveis pelo desembarque, manipulação e transporte de carvão e minério de ferro, tanto da Vale, quanto da ArcelorMittal.

“Independente de qualquer coisa, o inquérito policial vai continuar”

Decio Ferreira Neto, delegado federal responsável pela investigação

A Polícia Federal informou que já ouviu moradores e o vereador Davi Esmael, que era presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pó Preto na Câmara Municipal de Vitória.

As investigações em torno do assunto começaram em 2013, pela Polícia Civil, mas a Justiça Estadual questionou a competência e o inquérito foi enviado à PF.

O delegado destacou durante a interdição dos píeres que não há estudo que comprove a origem desse pó preto. “O que vimos aqui, nas investigações ao Complexo de Tubarão, fazendo coletas desse material da água, de fato, isso contribui”.

Questionado sobre a possibilidade da Justiça conceder uma liminar liberando as atividades no Porto de Tubarão, o delegado respondeu: “Para mim, é indiferente, mas para o meio ambiente, não. Independente de qualquer coisa, o inquérito policial vai continuar.”

CENAS



O FIM DA PRAIA DE CAMBURI, próximo à região portuária, foi local onde policiais federais foram coletar areia.



SEIS AMOSTRAS de areia, completamente pretas, foram retiradas da região. Elas serão analisadas em 30 dias.

KADIDJA FERNANDES - 24/01/2013

FOTOS: POLÍCIA FEDERAL/ES

Reportagem Especial

PÓ PRETO

Moradores comemoram interdição

População que sofre com pó de minério pede que Porto de Tubarão só volte a operar depois que medidas definitivas forem tomadas

Os bairros castigados com o pó de minério, moradores comemoram a interdição do Porto de Tubarão e estão na torcida para que a Justiça só libere as atividades de carvão e minério de ferro depois que medidas para resolver o problema sejam tomadas.

Os elogios vieram de moradores de Jardim Camburi, Jardim da Penha, Mata da Praia, Enseada do Suá, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Praia do Canto, em Vitória, assim como de bairros da Serra, como Carapina.

Mostrando as mãos sujas de minério, a aposentada Marli Dildes Dias Ferraço, de 73 anos, contou que mora há mais de 40 anos em Jardim Camburi e que de cinco anos para cá a situação do pó preto vem só piorando.

“Já pensei em alugar ou vender a minha casa por causa do minério. Sinto minha garganta arranhar de tanto pó. Minha vontade é usar máscara para me proteger dessa poluição”, disse, indignada.

Quando não está chovendo, a situação piora. “Temos que passar pano no chão de meia em meia hora. Minha varanda fica toda tomada de pó. Hoje (ontem) estamos fazendo faxina”, contou, mostrando as mãos que foram passadas em locais onde o pó ficou depositado.

E em comemoração à interdição, o presidente da Associação dos Amigos da Praia de Camburi, Paulo Pedrosa, convida as pessoas



A APOSENTADA Marli mora há mais de 40 anos em Jardim Camburi e diz que de 5 anos para cá o pó preto só piora

a irem amanhã à praia

“Vamos tentar mobilizar as pessoas, na praia de Camburi, em frente ao banco Itaú, às 9 horas de domingo (amanhã) para nadar, remar e bater papo sobre essa vitória



Pano para limpar pó

Acostumado a pescar na Curva da Jurema, em Vitória, o militar da reserva Gonçalves dos Santos, 58 anos, contou que sente os impactos da poluição provocada pelo minério de ferro.

“Sempre ando com um pano para limpar meus equipamentos de pesca que sempre ficam sujos de tanto minério. Hoje (ontem), felizmente isso não aconteceu.”



Minério toma conta da varanda

De 15 em 15 dias, o representante comercial Benedito Ferreira, de 52 anos, paga para fazer faxina em seu apartamento, em Jardim Camburi. O imóvel conta com uma varanda, mas, segundo ele, nem sempre dá para usar de tanto pó de minério.

“É claro que o minério incomoda muito e a interdição foi importante para cobrar medidas, mas temos que pensar nos prós e contras. Estamos atravessando uma crise econômica e temos que levar em consideração o risco de desemprego dos trabalhadores.”

da sociedade. Vamos comemorar esse segundo marco do meio ambiente: a interdição do Porto de Tubarão em 1990 e agora pela Justiça Federal.”

Evandro Figueiredo, do Movimento Jardim Camburi Merece Mais, disse que os moradores do bairro sentiram um alívio com a interdição do Porto de Tubarão.

“O nosso temor é que esse alívio seja momentâneo. Queremos que

o porto só seja liberado para operar quando, de fato, medidas contra o pó preto forem tomadas.”

Para ele, a solução seria o enclausuramento das correias transportadoras de minério. “Enquanto não tem, o minério cai no mar e é levado pelo vento. Nós estamos denunciando há mais de três anos que a praia de Camburi tem mais de três metros de minério sedimentado, ou seja, no fundo do mar.”

KADIDJA FERNANDES - 2/11/2015



IBERÊ SASSI disse que ações poderiam ter sido tomadas há mais tempo para coibir o pó preto no mar, na praia e nos bairros próximos a Tubarão

Ambientalistas questionam demora para aplicar multas

Ambientalistas questionaram a demora do poder público em tomar uma medida em relação à emissão do pó de minério na Grande Vitória. Segundo eles, as repetidas demandas da sociedade poderiam ter motivado uma ação mais efetiva há mais tempo.

“Tudo isso poderia ter sido feito antes. A ação da Justiça e da Polícia Federal partiu de uma ação cível pública, mas outros órgãos, como a Prefeitura de Vitória, já poderiam ter agido antes, diante das evidências de que o índice de tolerância havia sido ultrapassado”,

diz Martha Tristão, professora da Ufes e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental (Nipeea).

Iberê Sassi, fundador do Instituto Goiamum, concorda que ações poderiam ter sido tomadas há mais tempo.

“As empresas, quando foram instaladas, estavam em um lugar desabitado e a cidade se aproximou, configurando um problema ambiental, social e econômico. A sociedade também deve refletir sobre isso criticamente”, disse.

Prefeitura alega mais rigor

A Prefeitura de Vitória informou, por meio de nota, que tem aumentado o rigor na fiscalização da poluição na cidade.

A prefeitura afirma que, quanto ao pó preto, “sancionou uma lei que permitiu estabelecer limites a serem cumpridos, que antes não existiam”.

Ainda em nota, a prefeitura afirma que enviou um Termo de Ajuste

de Conduta (TAC) para a Vale com pedidos de reparação dos danos ambientais em várias áreas. A empresa tem até o dia 16 de fevereiro para analisar o TAC.

O Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) informou, também por meio de nota, que não se pronuncia quanto à interrupção das atividades do Porto de Tubarão e seus desdobramentos.

SUFOCO



Sofrimento

Quem também sofre com o minério de ferro são os filhos da administradora Rebeca Ferraço Wagner, de 27 anos, que tem empresa em Carapina, na Serra.

Seu filho Cássio, de 6 anos, principalmente. “Ele tem rinite alérgica e bronquite e usa bombinha o dia inteiro. Já Heitor, de 4 anos, usa algumas vezes”.

THIAGO COUTINHO/AT



“Crise de asma causada pelo pó preto”

A funcionária pública Juliana Zannella Garion, 37 anos, se mudou para Jardim Camburi em 2011 e, desde então, passou a conviver com problemas respiratórios que a obrigam a gastar com medicamentos.

“Minha pneumologista afirma que minhas crises de asma e alergia são causadas pelo pó preto, pois antes eu não sofria com esses problemas. Já em 2016, ano que mal começou, eu tive que me afastar do trabalho por conta de uma crise, enquanto o tempo ainda estava seco”, lamenta.

PÓ PRETO

Vale diz que prejuízo é de 100 milhões

Mineradora entrou com recurso na Justiça pedindo a retomada das atividades e alega prejuízo diário de R\$ 35 milhões com a suspensão

A Vale calcula um prejuízo de mais de R\$ 100 milhões em apenas três dias com a suspensão temporária das atividades em dois píeres do complexo portuário de Tubarão, afetando operações da mineradora e da ArcelorMittal Brasil, que compra carvão da Vale.

Na quinta-feira, a empresa entrou com mandado de segurança contra a decisão da Justiça Federal do Espírito Santo, pedindo que a liminar seja cassada e as atividades retomadas de imediato. O impacto econômico total da medida dependerá do tempo da paralisação. No recurso, a Vale fala em prejuízo diário de R\$ 35 milhões para o porto.

O Porto de Tubarão foi responsável pelo embarque de 82,5 milhões de toneladas de minério de ferro da Vale de janeiro a setembro de 2015, cerca de 33% da produção da companhia no período.

A empresa estima que com a interdição do Píer II de Tubarão deixará de embarcar 200 mil toneladas diárias de minério. Além disso, o Terminal de Praia Mole (TPM) deixará de receber cerca de 44 mil toneladas de carvão, destinado a alimentar as operações da Vale e de siderúrgicas.

No recurso, os advogados da Vale falam em uma reação em cadeia: “O resultado da insólita determinação (judicial) inviabilizará as operações da Vale, não só no Porto de Tubarão, como em toda a sua cadeia produtiva, e gerará, em apenas três dias, prejuízos superiores a R\$ 100 milhões”.

Analistas acreditam que, dependendo do tempo da paralisação, ela pode ajudar a sustentar os preços do minério de ferro no curto prazo. A cotação da commodity vem caindo e renovando suas mínimas desde 2015.

A Vale embarca cerca de 105 milhões de toneladas de minério ao ano por Tubarão.

Além dos impactos na economia nacional, a Vale destaca que com a interdição dos terminais portuários, cerca de 2.100 empregados que atuam diretamente na operação dos píeres estão impossibilitados de trabalhar.

A ArcelorMittal Tubarão disse em nota que tem estoque para operação normal nas próximas semanas e, “paralelamente, está avaliando outras oportunidades disponíveis no mercado.”



PORTO DE TUBARÃO: cerca de 2.100 empregados que atuam na operação dos píeres estão impossibilitados de trabalhar, afirma a Vale

SAIBA MAIS

A importância de Tubarão

PREJUÍZOS

> **EM APENAS TRÊS DIAS**, a Vale calcula um prejuízo de mais de R\$ 100 milhões com a suspensão temporária das atividades em dois píeres do Porto de Tubarão: o Píer II (minério) e o Píer de Carvão do Terminal de Praia Mole.

AS ÁREAS INTERDITADAS

> **O PÍER II** tem um berço e recebe navios com porte bruto máximo de 405 mil toneladas; comprimento total máximo de 365 metros e calado máximo de 22,30 metros.

> **O PÍER DE CARVÃO** tem dois berços totalizando 716 metros, com 705 metros de cais acostável. Ele é especializado em operações de descarga

de navios, sobretudo carvão siderúrgico, coque e antracito.

> **O PÍER DE PRAIA MOLE ATENDE** às principais plantas siderúrgicas de Minas Gerais e Espírito Santo, como a ArcelorMittal Tubarão, a Usiminas e a Açominas.

NÚMEROS

> **A VALE** é a maior exportadora global de minério de ferro. O Porto de Tubarão foi responsável pelo embarque de 82,5 milhões de toneladas de janeiro a setembro de 2015.

> **JÁ EM RELAÇÃO** ao carvão, foram desembarcadas em Praia Mole 8,9 milhões de toneladas no mesmo período.

NAVIOS

> **O PORTO DE TUBARÃO** recebe cerca de 1.200 navios por ano, entre eles,

os maiores graneleiros do mundo, os Valemax, com capacidade para 400 mil toneladas.

> **POR ELE É EXPORTADA** a produção do Sistema Sudeste (complexo de mineração da Vale), com capacidade de 110-120 milhões de toneladas por ano — cerca de 1/3 da produção total da Vale.

EFICIÊNCIA

> **O PORTO DE TUBARÃO** é considerado o mais eficiente do mundo em termos de giro de pátio e uma referência no setor portuário mundial.

INAUGURAÇÃO

> **QUANDO FOI INAUGURADO**, em 1966, podia receber navios de 150 mil toneladas.

DESTAQUE NACIONAL

> **SEGUNDO** a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), dois portos são destaque em movimentação de carga bruta em terminais no Brasil.

> **O PRIMEIRO** é o Terminal de Ponta da Madeira, também da Vale, no Maranhão, e o segundo é o Porto de Tubarão. Juntos, eles equivalem a 34,6% do total da movimentação em Terminais de Uso Privado (TUPs) do Brasil.

ARRECADAÇÃO

> **A VALE É RESPONSÁVEL POR 13%** do Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo.

Fontes: Vale, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e especialistas.



MINÉRIO: embarque de 82,5 milhões de toneladas em 2015

Paralisação afeta toda a cadeia produtiva

A suspensão das atividades do Porto de Tubarão afeta, além da Vale, toda uma cadeia de fornecedores. O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Espírito Santo (Sindifer), Manoel de Souza Pimenta, manifestou preocupação.

“São 11 mil pessoas direta ou indiretamente envolvidas com a empresa no setor metalmeccânico. Muitos empresários hoje (ontem) me ligaram preocupados. É uma cadeia de fornecedores grande.”

A professora aposentada do Departamento de Economia da Ufes Angela Morandi destacou que a vinda da mineradora mudou a economia do Espírito Santo e que as consequências de paralisações são drásticas. “Se a Vale parar por muito tempo, haverá perdas de impostos, empregos com os melhores salários, na média, e trabalho para os fornecedores”.

Além disso, outro fator negativo apontado pelo diretor presidente da Associação de Terminais de Portuários Privados (ATP), almirante Murillo Barbosa, é como o mercado pode interpretar a decisão da Justiça. “Com essa medida, investidores, tanto de fora quanto de dentro do País, vão ter essa impressão de que o Brasil está sujeito a essas atitudes radicais”, criticou.

PÓ PRETO

“Decisão cria uma catástrofe econômica”

Afirmção é do advogado de defesa da empresa, Sergio Bermudes. Para ele, Vale não terá como escoar a produção local

Aguardando parecer da Justiça Federal, que pode fazer com que as atividades do Píer II (de minério) e do Píer de Carvão (Praia Mole) sejam retomadas, a defesa da mineradora Vale afirmou que a decisão pela interdição coloca em risco a economia do Espírito Santo, assim como a de Minas Gerais.

Segundo a defesa, caso a decisão não seja suspensa, a Vale não terá como escoar sua produção local.

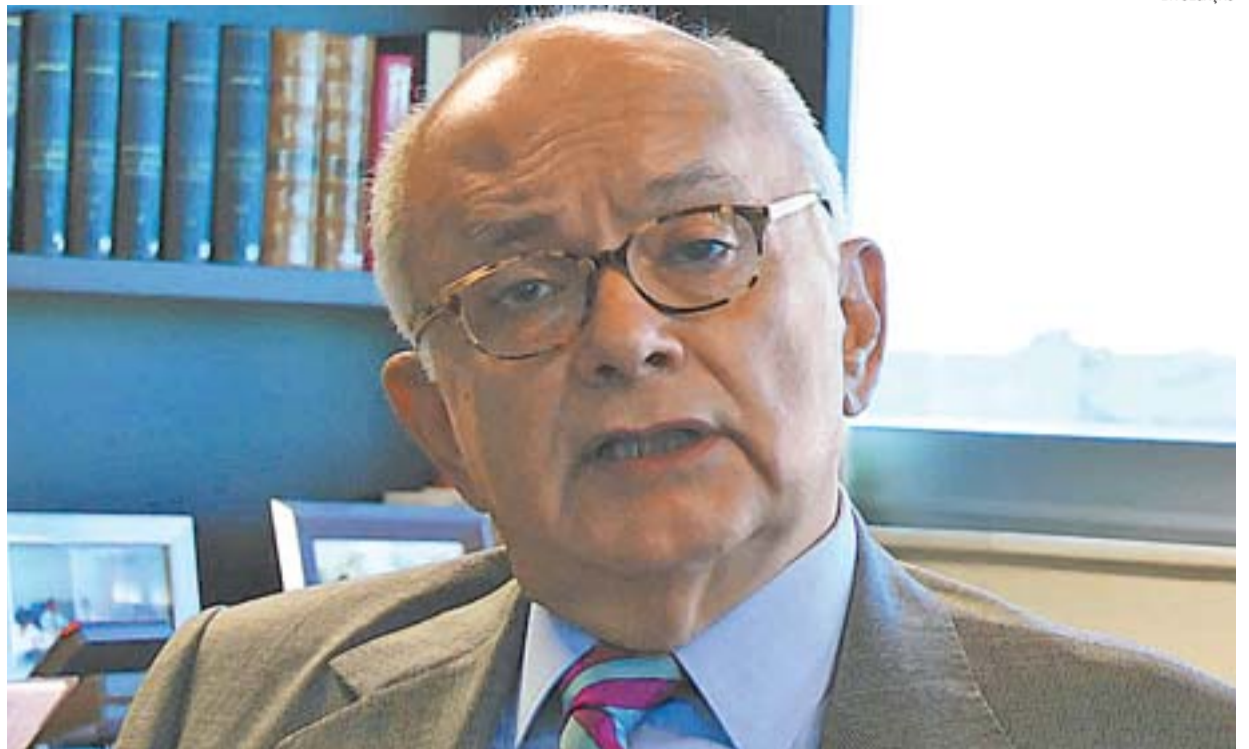
“Essa decisão cria uma catástrofe econômica”, afirmou o advogado Sergio Bermudes, que defende a mineradora no caso.

Para o advogado, a decisão do juiz federal tem repercussões globais, devido à cotação internacional. “Espero que o juiz reavalie sua decisão, porque ela está dilacerando a economia do País num momento tão crítico. A liminar dada é contra um problema existente há vários anos, e é lamentável o juiz agora suspender as atividades do porto”, argumentou Bermudes.

RELATÓRIO

Outro dado que mostra os possíveis impactos da interdição do terminal portuário é o do relatório de analistas do Bradesco BBI.

De acordo com o texto, se a interdição durar mais que quatro



SERGIO BERMUDES afirmou que a decisão do juiz federal tem repercussões globais, devido à cotação internacional

dias, a Vale terá de suspender operações no Sistema Sudeste.

O Bradesco BBI calcula que, considerada a capacidade de produção do Sistema Sudeste da Vale, de 115 milhões de toneladas, e um custo caixa de produção de US\$ 35 (R\$ 143,8) a tonelada, conforme cálculos da instituição financeira, a Vale pode perder, potencialmente, US\$ 175 milhões (R\$ 719,4) de sua geração de caixa medida pelo

Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) por trimestre. A perda foi calculada considerando o atual preço do minério de ferro em US\$ 41 (R\$ 168,5) a tonelada.

O fechamento de Tubarão veio em momento turbulento para a empresa. A Vale passa por situação de estresse, com o recuo dos preços da commodities, a desaceleração da China e o impacto do rom-

pimento da barragem da Samarco, em Minas Gerais.

Sua ações preferenciais acumulam perda de 34,4% em 2016. E ela corre o risco, inclusive, de perder o título de maior mineradora do mundo para a Rio Tinto. A anglo-australiana estima produzir 350 milhões de toneladas de minério de ferro neste ano, enquanto a Vale, entre 340 milhões e 350 milhões.

Sindicatos temem demissões

Temendo que a suspensão das atividades no Píer II e no Terminal de Praia Mole do Complexo de Tubarão demore a ser revertida, trabalhadores já demonstram apreensão. Segundo sindicatos, pode haver demissões caso as atividades não sejam retomadas.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado (Sindimetal-ES), Roberto Pereira de Souza, afirmou que, apesar do sério problema ambiental causado, a interdição não veio em um momento bom.

“Já estamos vivendo cenário de retração da economia, com alto desemprego. Em 2015 mesmo, a Vale demitiu muito. Então, qualquer alteração ou ameaça de que-

da ainda maior da produção pode acarretar em mais demissões.”

Segundo Roberto, os reflexos na empregabilidade também poderiam se estender para outras empresas e indústrias. “A Vale fornece matéria-prima para várias indústrias, entre elas a ArcelorMittal, isso pode afetar também seus trabalhadores.”

O presidente do Sindicato dos Ferrovieiros do Estado do Espírito Santo e Minas Gerais (Sindfer ES/MG), João Batista Cavagliari, também disse temer demissões, caso a interdição das atividades permaneça por um tempo maior que o esperado pela mineradora.

O Sindfer representa cerca de 2 mil trabalhadores que atuam no Porto de Tubarão. “Uma decisão dessa deve ser norteada por um motivo muito forte, já que a paralisação por um longo tempo pode provocar uma série de prejuízos, impactando também em outras indústrias, empresas e comércio em geral”, disse.

Segundo ele, somente a Vale emprega 7 mil trabalhadores diretos,

“Qualquer alteração ou ameaça de queda ainda maior da produção pode acarretar em mais demissões”

Roberto Pereira de Souza, Sindimetal



ROBERTO de Souza: retração

então qualquer medida do tipo pode impactar em empregos. “As medidas para redução da poluição deveriam ser feitas ao mesmo tempo que as atividades acontecem.”

Empresários preocupados

Enquanto trabalhadores temem possíveis demissões, empresários também se mostram preocupados com os reflexos da interdição de parte do Porto de Tubarão.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fíndes), Marcos Guerra, disse que o episódio da Vale preocupa, já que o cenário econômico é de dificuldades.

“Isso pode desestimular novos investimentos ligados à área portuária. O episódio tem de ser resolvido o mais rápido possível, pois pode levar a perdas significativas para o Espírito Santo. É um grande balde de água fria.”

O superintendente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado (Transcargas), Mario Natali, disse que apesar do setor não ser impactado diretamente, há uma preocupação, en-

quanto cidadão, que essa operação perdue.

“O fornecimento de carvão, por exemplo, pode ser afetado e trazer prejuízos a outras indústrias. O momento econômico já é delicado, se não temos o comércio, importações e exportações fortes, a tendência é que toda a cadeia de atividades seja impactada.”

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio-ES), José Lino Sepulcri, enfatizou que o problema do pó de minério e carvão precisa ser solucionado, já que traz inúmeros transtornos para a população.

“Entendemos que uma interdição longa pode ser prejudicial, nesse momento que já é difícil, mesmo assim cabe agora à Vale tomar as providências necessárias para reduzir a poluição.”

ANÁLISE

“É possível criar bons empregos, receita fiscal e cuidar da vida”

Antonio Marcus Machado, economista e professor universitário



“Certamente, um dos principais setores que move a economia em uma sociedade organizada é o industrial. Após a Revolução Industrial no século XVIII, muitos países investiram pesado na organização e no desenvolvimento.

O País teve uma industrialização tardia, gerando muito conflito social. Na verdade mascarado ou aceito pela ascensão à modernidade e pela maior criação de empregos.

O Estado viveu o mesmo drama e, apesar de há várias décadas convi-

ver com esse conflito, só agora adotou uma postura enérgica: a perda de empregos e da renda fiscal passa a ter atenção especial.

É possível criar empregos, receita fiscal e cuidar da vida humana, animal e natural. Mas isso só é concretizado quando o povo, as empresas e o governo chegarem ao consenso do que é de fato bom para a coletividade. O interesse coletivo tem de ser maior que a soma isolada dos interesses desses atores sociais. Ou todos perderão.”

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES

Direcionados a outras atividades

Trabalhadores

> **COM A INTERDIÇÃO** do Píer II e do Terminal de Praia Mole, cerca de 2.100 empregados que atuam diretamente na operação dos dois terminais estão impossibilitados de exercerem as suas atividades desde a última quinta-feira.

rações de carregamento de minério e descarregamento de carvão estão com essas funções paralisadas.

> **ELES ESTÃO** trabalhando normalmente, segundo a Vale, mas foram encaminhados a outras atividades. Entre elas, de manutenção, limpeza, descarga de vagões, e alguns estão em treinamento.

Atuação

> **EMPREGADOS** que atuam nas ope-

Fonte: Vale.



EMBARQUE de minério no Píer II

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM: Daniel Figueredo, Dayane Freitas, Eliane Proscholdt, Fábio Andrade e Francine Spinassé